

O SIGNIFICADO DAS METÁFORAS

WHAT METAPHORS MEAN

Tomas Rodolfo Drunkenmölle*

RESUMO: Tanto J. Searle quanto D. Davidson enfatizam que na expressão de uma metáfora a sentença metafórica mantém seu significado literal e que o significado literal da sentença deve ser entendida para que a metáfora seja entendida. Ambas as teorias apresentadas, porém, falham na sua tentativa de explicar satisfatoriamente o significado das metáforas. Por um lado argumentaremos que o significado metafórico de uma expressão consiste numa instância de significado ocasional (instance of utterance occasion meaning) e não significado eterno da expressão (timeless utterance meaning), descartando o tratamento semântico desses tropes. Por outro lado argumentaremos que nenhuma teoria pragmática da metáfora pode prover uma segura maneira de determinar o significado pretendido pelo palestrante no uso delas. Em contrário, pelo fato de serem baseados numa pragmática, sua implicação pode ficar escondida e, este fato, por sua vez, pode ficar despercebido pelos interlocutores.

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora. Significado. Teoria pragmática de conversação.

ABSTRACT: Both J. Searle as well as D. Davidson argue that in the utterance of a metaphor, the metaphorical sentence retains its literal meaning and that the literal meaning of the sentence must be understood in order for the metaphor to be understood. Both theories, however, fail to satisfactorily explain the semantics of non-literal utterances. On one hand we hold that the metaphorical meaning of an utterance is an instance of utterance occasion meaning and not timeless utterance meaning, discarding the semantic treatment of these tropes. On the other hand we argue that no pragmatic theory of metaphor can provide a sure way of determining the speaker meaning of these tropes but, on the contrary, because they are pragmatically based, that their meaning may remain hidden and that the fact that it does may remain hidden as well.

KEYWORDS: Metaphor. Meaning. Pragmatic theory of conversation.

Introdução

O estudo da metáfora possui uma história que nos remonta à época de Platão e de Aristóteles. Enquanto o entendimento deste termo para Platão era relativamente geral no sentido de que ele o usou para descrever o processo de traduzir uma palavra de uma linguagem para outra, Aristóteles, na análise de sua base lógica, foi mais específico. Ele acreditou que metáforas eram comparações implícitas, baseadas no princípio de analogia. Embora pensasse que a utilização desta figura de expressão tornaria evidente uma inteligência

* Mestrando em Filosofia - PUCPR Contato: tomasrd@yahoo.com

superior, considerava-a potencialmente enganadora se empregada por filósofos e cientistas.¹ Conseqüentemente, considerava que a sua utilização era primariamente uma prerrogativa dos poetas e dos políticos.

Etimologicamente, o termo “metáfora” deriva-se do Grego “μετα”, i.e., “além”, “acima”, e “φερειν”, i.e., “trazer”, “carregar”, e era utilizado para descrever uma ação ou expressão através da qual algo foi trazido, transferido ou carregado de um lugar para outro.

A apreciação das metáforas como meio de elucidação parece ter mudado no decorrer dos últimos dois milênios. Hoje, a utilização das metáforas é irrestrita. Até o paradigma do discurso racional conscientemente emprega metáforas para explicar assuntos complexos e complicados. Para nomear apenas alguns exemplos, o “big bang” e o “big crunch”, denotam alguma singularidade relativa ao começo do universo e ao seu fim. Para descreverem uma relação de espaço-tempo, os astros-físicos recorrem ao termo “black hole” (buraco negro) mesmo sabendo que o objeto de sua descrição não é nem buraco, nem negro.

Na primeira parte deste trabalho examinaremos algumas das diferenças entre a tese de J. Searle, que se baseia na teoria pragmática de Grice, e a tese de D. Davidson, que emprega um tratamento semântico à metáfora, o qual é consistente com sua teoria geral do significado.

Explicaremos metáfora nos termos da teoria da conversação de H. P. Grice. Por extensão da teoria de Grice sobre metáforas, argumentaremos que a significação metafórica de uma expressão consiste numa instância de significado ocasional (instance of utterance occasion meaning) e não de significado eterno da expressão (timeless utterance meaning). Em outras palavras, estamos afirmando que metáfora é pragmaticamente e não semanticamente baseada.

Na segunda parte argumentaremos, que uma teoria da metáfora, como apresentada por Searle e Davidson, para alcançar seu objetivo, precisa prover princípios que especifiquem quais de suas características ou propriedades são relevantes para que possamos inferir o que o palestrante pretende implicar com sua utilização. Neste contexto, discutiremos até que ponto os princípios de Searle podem ser fortificados pela aplicação das máximas de conversação de Grice. Argumentaremos que nenhuma teoria pragmática da metáfora pode prover uma segura maneira de determinar o significado pretendido pelo palestrante quando de sua utilização. Ao contrário, pelo fato de ser baseada numa pragmática, sua implicação pode ficar escondida e

¹ ORTONY, A. “Metaphor”. In: GREGORY, R. L. (Ed.) *The Oxford Companion to the Mind*. New York: Oxford University Press, 1987, p. 478

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

este fato, por sua vez, também pode ficar escondido, ou seja, despercebido pelos interlocutores.

Concluimos que ambas teorias apresentadas falham na sua tentativa de explicar satisfatoriamente o significado das metáforas. Deste ponto de vista, ao invés de considerar metáforas como enunciados que dizem que isso ou aquilo é o caso, as consideramos um convite de seguir uma certa, porém indeterminada comparação. Conseqüentemente, argumentaremos que o significado metafórico de uma expressão não é sujeito às condições de verdade e, portanto, não pode ser afirmado ou negado, mas que ela tem sucesso ou não em uma dimensão diferente.

1. Duas abordagens de metáfora: pragmática versus semântica

Um conhecido exemplo é a sentença “Sam é um porco”. Como interpretar esta sentença? Se a palavra “Sam” se refere a um ser humano, a afirmativa “Sam é um porco” parece falsa, pois Sam obviamente é um ser humano e não um suíno. Assim, presumimos que a pessoa que fala não dá um significado literal à afirmação, mas sim que expressa-se metaforicamente.

Searle explica que o ouvinte de uma expressão dessas deve passar por no mínimo três passos ao lidar com ela, o primeiro deles será determinar se deve ou não buscar uma interpretação metafórica. Ele aconselha que “caso a expressão seja defeituosa se tomada literalmente, procure por um significado da expressão que seja diferente do significado da sentença”.² Searle, por um lado, usa os termos “significado da expressão” (utterance meaning), “significado da expressão do falante” (speaker’s utterance meaning), “significado de quem fala” (speaker’s meaning) e, por outro lado, “significado da sentença” (sentence meaning) e “significado literal da sentença” (literal sentence meaning), de forma intercambiável.

Para evitar qualquer confusão usaremos as noções de “significado da sentença” (SEM, i.e., sentence meaning) e “significado do falante” (SPM, i.e., speaker’s meaning). A primeira noção irá denotar o significado literal de uma expressão, enquanto a segunda denotará o

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

significado que o falante pretende transmitir com a expressão. Uma vez que o ouvinte saiba que uma sentença do tipo “S é P” é falsa, ele deverá procurar um significado alternativo para essa sentença, da forma “S é R”. “S” é o sujeito da expressão indicando alguém ou alguma coisa de quem ou de que “P” é o predicado, sendo “P” o significado literal daquela expressão com suas correspondentes condições de verdade. Tendo rejeitado “P” como sendo falso, o ouvinte precisa procurar “R”, que denota um significado metafórico daquela mesma expressão.

Neste ponto, o segundo princípio de Searle entra em jogo: “Quando você ouve “S é um P”, para encontrar possíveis valores para “R” procure maneiras pelas quais “S” poderia ser como “P”, e para descobrir de que modo “S” poderia ser como “P”, busque salientes, bem conhecidas e distintas características de coisas “P”.³ Seguindo esta estratégia, primeiro listaremos as salientes, amplamente aceitas, e distintas características dos porcos.

Porcos são animais domesticados, com um focinho comprido e largo e um corpo sólido e gordo coberto de pelos ásperos. Além disso, acredita-se que eles sejam glutões, desmazelados, sujos e assim por diante. Assim sendo, “Sam é um porco” pode significar que Sam é como um porco, com respeito a qualquer uma dessas características. São essas características que constituem a possível gama ou amplitude de “R”.

Dizemos propositalmente que “acredita-se que os porcos sejam glutões”, etc. em oposição a “sabe-se” que são assim para indicar que também são usadas metáforas para relacionar estereótipos com “S” e não somente propriedades reais. Um falante que se refere a uma pessoa como sendo um tubarão pode fazê-lo porque ele e o ouvinte compartilham o mito de que os tubarões são perigosos e atacam qualquer coisa, em particular seres humanos, sempre que podem. Esse estereótipo ignora o fato de quem nem todos os tubarões são agressivos, que sabe-se que menos de cinco espécies atacaram seres humanos e que os ataques foram causados por certas circunstâncias não usuais. Tal vez por causa do filme “Tubarão”, passou-se a acreditar que os tubarões são feras devastadoras, sempre à espera da ocasião de atacar um nadador inocente e confiante. Ao descrever alguém como um tubarão, o falante atribui essa maldade e esse comportamento perigoso ao sujeito ao qual se refere, a despeito do

² SEARLE, J. R. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 422.: “...where the utterance is defective if taken literally, look for an utterance meaning that differs from sentence meaning.” – Tradução nossa.

³ SEARLE, J. R. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 423.: “When you hear ‘S is P,’ to find possible values for ‘R’ look for

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

fato de que ser um devorador de homens não é uma característica real e verdadeira desses predadores.

Até agora, os princípios de Searle nos ajudaram a estabelecer possíveis significados da sentença “Sam é um porco”. Para compreender quais características o falante está efetivamente se referindo, o ouvinte deve seguir o terceiro princípio: “Volte para o termo “S” e veja qual dos muitos candidatos aos valores de “R” são características prováveis ou até possíveis de “S”.⁴ Searle mostra que confiar no defeito de uma expressão não é a única estratégia “pela qual o ouvinte pode concluir que uma expressão provavelmente tem um significado metafórico”, mas que essa é, de longe, a mais comum.⁵ Ele percebe que nem toda expressão defeituosa, quando tomada literalmente é uma metáfora, e que nem toda expressão com um caráter metafórico mostra ser imperfeita ou defeituosa quando tomada literalmente. Desse modo, a imperfeição de uma expressão não é uma condição necessária nem suficiente para ser uma metáfora, e poderia, estritamente falando, não servir de critério para sua identificação.

Por outro lado, conforme diz D. Davidson, “uma falsidade patente é uma condição usual da metáfora”.⁶ Embora o primeiro princípio de Searle por si só não seja suficiente para identificar metáforas, ela é de grande ajuda por indicar aquelas expressões que provavelmente têm um significado metafórico. São essas as sentenças com respeito às quais a computação especificada nos princípios dois e três deve ser experimentada. Searle considera que seu programa só terá êxito se permitir ao falante e ao ouvinte “restringir a gama de possíveis valores de “R” ao valor real e verdadeiro de “R”.⁷ Se sua aplicação não resultar no “Valor-R” real, então qualquer interpretação da fórmula “S é um P” significa que “S é um R” deveria estar no modo subjuntivo e não indicativo.

ways in which ‘S’ might be like ‘P,’ and to fill in the respect in which ‘S’ might be like ‘P,’ look for salient, well-known, and distinctive features of ‘P’ things.” – Tradução nossa.

⁴ SEARLE, J. R. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 423.: “Go back to the ‘S’-term and see which of the many candidates for the values of ‘R’ are likely or even possible features of ‘S’” – Tradução nossa.

⁵ SEARLE, J. R. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 422: “... on which the hearer can tell that an utterance probably has a metaphorical meaning...” – Tradução nossa.

⁶ DAVIDSON, D. “What Metaphors Mean”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 437: “... patent falsity is the usual case with metaphor” – Tradução nossa.

⁷ SEARLE, J. R. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 426: “... to restrict the range of possible values of ‘R’ to the actual value of ‘R’.” – Tradução nossa.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

Searle explica a metáfora dentro da teoria pragmática da conversação de Grice, na qual, como veremos, D. Davidson apresenta um tratamento semântico da metáfora que é consistente com sua teoria geral de significado. Apesar de diferenças significativas, Searle e Davidson concordam em que “não há um sentido importante em que sentenças usadas metaforicamente têm um sentido metafórico”.⁸ Ambos filósofos enfatizam que na expressão de uma metáfora “a sentença metafórica mantém seu significado literal e que o significado literal da sentença deve ser entendida para que a metáfora seja entendida”.⁹ Embora Davidson pense “que as metáforas significam o que suas palavras significam, em sua interpretação mais literal, e nada mais”, Searle desenvolveu um sistema que, segundo ele acredita, permitirá ao ouvinte deduzir o SPM do SEM.¹⁰ Em outras palavras, com base no sentido literal da expressão metafórica, Searle tenta calcular ou deduzir o que o falante pretende comunicar por meio dessa expressão.

Tanto Davidson quanto Searle negam que as metáforas significam, semanticamente, qualquer coisa diferente do que significam literalmente. Entretanto, Searle afirma seus diferentes significados pragmáticos, enquanto Davidson se opõe à idéia de que metáforas podem significar qualquer coisa além daquilo que significam literalmente.

Em sua discussão sobre metáforas, Searle e Davidson usam as palavras “significa” e “significado” diferentemente. Quando Davidson declara que “metáforas significam o que suas palavras..., significam...” ele usa a palavra *significa* em um sentido que H.P. Grice chama de sentido não natural.¹¹ Consideremos os seguintes exemplos:

1. Estas manchas significam sarampo.
2. Esses três toques na campainha significam que o ônibus está lotado.

A segunda sentença pode ser refeita de forma que o verbo ‘significam’ seja seguido de uma frase entre aspas, ou seja, “esses três toques de campainha significam ‘o ônibus está lotado’”. Não é possível fazer o mesmo com a primeira sentença. Assim “Estas manchas

⁸ SEARLE, J. R. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 422.: “... there is no important sense in which sentences used metaphorically have a metaphorical meaning.” – Tradução nossa.

⁹ MARTINICH, A. P. “A Theory for Metaphor”. In: *Journal of Literary Semantics*, Vol. 4, (1984), p. 56: “... the metaphorical sentence retains its literal meaning and that the literal meaning of the sentence must be understood in order for the metaphor to be understood.” – Tradução nossa.

¹⁰ DAVIDSON, D. “What Metaphors Mean”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 430: “... that metaphors mean what their words, in their most literal interpretation, mean, and nothing more,” – Tradução nossa.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

significam sarampo” não podem ser reformuladas como “estas manchas significam ‘sarampo’”. A diferença entre esses dois exemplos é que a primeira frase é da forma ‘x significa que p’ onde x implica p, enquanto na segunda sentença que é da mesma forma, p não está implicado por x. Sempre que ‘significa’ descreve algum tipo de implicação, Grice se refere ao sentido no qual é usado como o sentido natural. Sempre que ‘significa’ se refere ao significado semântico, está sendo usado em um sentido não natural. Davidson usa ‘significa’ em um sentido não natural, enquanto Searle distingue entre SEM, ‘significado’ usado no seu sentido não natural, e SPM, ‘significado’ usado no seu sentido natural.

Conforme dito antes, D. Davidson afirma que “as metáforas significam o que significam suas palavras em sua interpretação mais literal, e nada mais”.¹² Ele inicia seu trabalho “O Que Significam as Metáforas” dizendo que “metáfora é o sonho da linguagem...”¹³ e ele mostra as similaridades entre o sonhador e o que está acordado por um lado, e um falante e um ouvinte do outro. Assim como a interpretação dos sonhos se reflete no sonhador tanto quanto no intérprete, assim também a interpretação de metáforas se reflete no falante tanto quanto no ouvinte. Assim como a interpretação de sonhos é “em si mesma um trabalho da imaginação”, assim também a compreensão de uma metáfora é o resultado desse esforço criativo.¹⁴ O que Davidson quer dizer com isso ficará claro quando examinarmos os exemplos que ele dá para apoiar seu conceito de metáfora.

Dizer que Tolstoy foi criança certa vez é o mesmo que dizer que Tolstoy certa vez compartilhou com outras crianças o fato de que o predicado ‘é uma criança’ se aplicou a ele. Esta ligação entre a infância das crianças e a infância de Tolstoy é natural e não surpreendente porque existem características óbvias que os membros da classe infantil têm em comum. E a sentença ‘Tolstoy foi criança certa vez’ se refere à criança Tolstoy e não ao escritor adulto. Agora imagine que digamos: ‘Tolstoy é uma criança’. O Tolstoy referido neste exemplo obviamente não é o infante Tolstoy, mas o escritor adulto. Então poderíamos

¹¹ GRICE, H. P. “*Meaning*”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition, New York: Oxford University Press, 1990, p. 73: “... that metaphors mean what their words..., mean, ...,” – Tradução nossa.

¹² DAVIDSON, D. “What Metaphors Mean”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 430.: “... metaphors mean what their words in their most literal interpretation, mean, and nothing more.” – Tradução nossa.

¹³ DAVIDSON, D. “What Metaphors Mean”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 430.: “... metaphor is the dreamwork of language... .” – Tradução nossa.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

perguntar qual é a característica comum da classe das crianças e do Tolstoy adulto. Esta abordagem parece familiar porque está de acordo com o segundo princípio de Searle. No entanto, o argumento de Davidson não se preocupa com esquemas e princípios sobre como computar o significado de expressões metafóricas. Seu argumento é dirigido contra as pressuposições sobre as quais repousam esses procedimentos, a pressuposição de que existe um significado metafórico a ser encontrado e parafraseado, a pressuposição de que com a metáfora alguma coisa deve ser tentada.

Procedimentos como os que foram trazidos por Searle são baseados na idéia de que na metáfora certas palavras assumem significados novos, mais extensivos. Por exemplo, se falamos sobre a “face das águas”, supõe-se que devemos atribuir um significado estendido à palavra ‘face’, do mesmo modo como devemos considerar a palavra ‘criança’ na frase ‘Tolstoy é uma criança’ como tendo um significado estendido. O que está sendo estendido é a classe de entidades às quais essas palavras usualmente se referem, ou seja, faces comuns e crianças comuns. Os chamados significados estendidos, entretanto, referem-se não só a faces e crianças comuns, mas adicionalmente a águas e Tolstoy.

A expressão ‘a face das águas’ bem como a sentença ‘Tolstoy é uma criança’, irão soar aos nossos ouvidos como claramente falsas. Em outras palavras, ‘face’ e ‘criança’ não parecem estar corretamente empregadas nesses contextos. Se fossem empregadas corretamente, então as águas teriam rosto e Tolstoy seria uma criança.

Searle e Davidson concordam que a falsidade patente é o caso usual da metáfora. Existe, entretanto, uma importante diferença entre o entendimento de Searle e Davidson do que essa falsidade implica. Searle especifica que uma expressão que é defeituosa quando tomada literalmente deve impelir o ouvinte a procurar um SPM que difere do SEM. Davidson não acredita que uma sentença assim possa significar alguma coisa além do que ela significa literalmente.

Considere o seguinte diálogo:

Pessoa A: “Sam é um porco”.

Pessoa B: “Sim, eu concordo”.

A expressão de A, que é a da fórmula “S é P”, é falsa se tomada literalmente. De acordo com Searle, a Pessoa B terá que passar por todas as características aceitas como

¹⁴ DAVIDSON, D. “What Metaphors Mean”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 430.: “... itself a work of imagination... .” – Tradução

verdade e as efetivas características de “P” até que encontre o valor “R” correto. O que exatamente torna o valor “R” “correto” será discutido na segunda parte deste trabalho. Davidson, por seu lado, percebe que a expressão “Sam é um porco” é falsa quando tomada literalmente, e encerra o assunto nesse ponto. Em sua opinião, não existe valor “R” a ser encontrado, nenhum sentido metafórico a ser detectado, já que “Sam é um porco” significa exatamente o que diz, i.e., Sam é um porco.

É muito interessante perceber, seguindo as idéias de Davidson, que a conversa anteriormente mencionada pode ter sido praticamente a mesma. A questão é: por que alguém concordaria com uma sentença falsa? Pois isso é, basicamente, o que Davidson parece estar nos pedindo. Ele argumenta que “o significado ordinário no contexto de uso é estranho o suficiente para nos impelir a desconsiderar a questão de verdade literal”.¹⁵ Se a verdade literal não serve como critério com base no qual nós vamos ou não vamos dar uma resposta afirmativa, então o que serve?

2. Princípios de inferência

Nesta parte de nosso trabalho, pretendemos argumentar que uma teoria da metáfora deve oferecer princípios que especifiquem quais características ou propriedades podem ser relevantes para uma metáfora, a fim de inferir o que o falante pretende implicar ao usá-la. Na seção 2.1 vamos discutir até que ponto o programa de Searle consegue finalizar essa tarefa. Na seção 2.2 iremos analisar de que modo a abordagem de Searle pode ser reforçada pela teoria desses *tropos* de A.P. Martinich. Defendemos a idéia de que mesmo que a teoria de Martinich pareça ser logicamente mais substancial que a de Searle, o primeiro produz tanto ou tão pouco quanto o segundo devido à falta de aplicabilidade de seus princípios. E na seção 2.3 argumentaremos que inferir o SPM é possível ao mesmo grau em que é possível determinar quais características de ‘P’ o falante tinha em mente ao fazer seu enunciado.

nossa.

¹⁵ DAVIDSON, D. “What Metaphors Mean”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 437.: “... the ordinary meaning in the context of use is odd enough to prompt us to disregard the question of literal truth.” – Tradução nossa.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

2.1 Interpretação do enunciado

Consideremos o seguinte exemplo:

Ao chamar alguém de ‘Sherlock’ podemos asseverar que uma pessoa é como Sherlock Holmes no sentido de que tem poderes dedutivos similares aos do famoso investigador (o fato de que esta expressão também é usada para exprimir ironia não será objeto de nosso interesse por enquanto). Parece absurdo pensar que alguém que chama outra pessoa de ‘Sherlock’ se refere às suas vãs tentativas de tocar violino. Se, por outro lado, temos alguém que tenta tocar violino e o faz de modo bastante amadorístico, isso pode levar o falante a lembrar dos esforços musicais inúteis do Sr. Holmes. Então ele pode dizer: “Veja, ali está Sherlock Holmes”. Se a pessoa referida usasse o típico chapéu de Holmes, ou fumasse um cachimbo curvo, então a metáfora estaria se valendo de algo que poderíamos chamar de “características bem conhecidas” daquele homem. Um ouvinte que não conhecesse Holmes muito bem não entenderia o que o tocador de violino e o detetive têm em comum. Alguém que só conhecesse Holmes por fotografias poderia não entender que a metáfora pretende chamar a atenção para os poderes dedutivos de ‘S’. Finalmente, alguém que nunca tivesse ouvido falar de Sherlock Holmes não saberia o que pensar daquele enunciado. Talvez nem sequer a reconhecesse como uma metáfora, e a tomasse por uma apresentação.

Vemos que a construção e a compreensão de metáforas depende de uma variedade de parâmetros. Searle mostra que “deve haver algumas estratégias em comum que permitam ao falante e ao ouvinte, dado o seu conhecimento do termo ‘S’ (...), restringir a amplitude de valores possíveis de ‘R’ ao valor real de ‘R’”.¹⁶ É óbvio, como coloca Searle “que somente os valores possíveis de ‘R’ que determinam propriedades possíveis de ‘S’, podem ser valores reais de ‘R’”.¹⁷ Consideramos que esses pontos pedem uma discussão mais abrangente.

Searle não declara explicitamente se ser uma propriedade possível de ‘S’ é apenas uma condição necessária ou uma condição necessária e suficiente, que, quando satisfeita, torna o valor possível de ‘R’ um valor real de ‘R’. Se é uma condição necessária e suficiente, então o número de valores ‘R’ reais é igual ao número de similaridades entre ‘S’ e ‘P’. Irei me

¹⁶ SEARLE, J. R. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 426.: “... there must be some shared strategies that enable the speaker and the hearer, given their knowledge of the ‘S’-term (...), to restrict the range of possible values of ‘R’ to the actual value of ‘R.’” – Tradução nossa.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

referir a esse uso de valores reais 'R' como sendo o mais amplo sentido do termo. Se o objetivo de Searle é determinar quais similaridades entre 'S' e 'P' o falante tinha em mente ao fazer o enunciado, então ser-a-possível-propriedade-de-S-que-o-falante-tinha-em-mente-quando-fez-o-enunciado é a condição necessária e suficiente a qual, quando satisfeita, constitui um valor real 'R'. Iremos nos referir a esse uso do 'valor real de 'R' como o mais restrito sentido do termo.

Não vemos como o processo de Searle ou qualquer outro processo de restrição poderia determinar valores reais 'R' no sentido mais restrito. Esse objetivo só parece ser viável se eu souber qual propriedade o falante tinha em mente quando enunciou a metáfora. Parece mais realista requerer do programa de Searle, e para esta finalidade qualquer outro programa para inferir o SPM, que este determine os valores- 'R' reais no sentido mais amplo. Se o processo de restrição produzir tal valor, então esse valor será a similaridade que o falante tinha em mente, desde que falante e ouvinte *de facto* tenham compartilhado princípios de calcular e restringir possíveis valores 'R'. Se o cálculo produzir mais do que um valor, então pelo menos um, senão mais, desses valores representará o que o falante tinha em mente. Esse parece ser um resultado suficientemente bom de um semelhante esquema.

Já vimos que metáforas podem se servir de crenças falsas, mas comumente aceitas, ou crenças falsas mutuamente aceitas pelo falante e por quem o ouve, mesmo que só eles mantenham essas crenças falsas; outras metáforas podem tirar vantagem de mitos ou folclore que a comunidade saiba que são falsos, como é o caso dos elefantes e sua memória infalível.

Por causa de diferenças naquilo que poderia ser considerado uma característica saliente de 'P' em 'S é P', podem existir algumas 'características do falante' que não são compartilhadas pelo ouvinte, algumas 'características do ouvinte' que não são compartilhadas pelo falante, e algumas características compartilhadas por ambos. Se o falante e o ouvinte acreditam que diferentes 'P's têm a mesma amplitude ou uma amplitude similar de valores 'R', podem usar esses diferentes 'P's para se referirem ao mesmo valor 'R'.

Se acreditarem que o mesmo 'P' constitui diferentes escopos de valores 'R', podem usar aquele mesmo 'P' para se referirem a diferentes valores 'R'. A expressão 'ser como um boi numa loja de louças' por exemplo, tem a mesma conotação que no dito alemão 'wie ein Elefant in Porzellanladen' [elefante em loja de porcelanas]. Embora a loja seja a mesma,

¹⁷ SEARLE, J. R. "Metaphor". In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 426.: "... that only those possible values of 'R' which determine

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

atribuímos um comportamento similar a animais diferentes. Por mais que diferentes 'P's possam ter as mesmas características salientes, diferentes características podem ser associadas ao mesmo 'P'. Desse modo, uma raposa não só pode ser considerada astuciosa, mas também muito rápida, e uma tartaruga pode ser tida como lenta, mas também sábia. Ao invés, se tanto o falante quanto o ouvinte já conhecem 'S' através de ocasiões diferentes ou de diferentes modos, e a restrição de valores possíveis de 'R' é baseada no conhecimento de termo 'S' pelo falante e pelo ouvinte, eles poderão atribuir diferentes características de 'P' a 'S', mesmo que concordem com a mesma amplitude de valores 'R'. Se aquele que ouve não conhece o 'S' referido, não tem nenhum critério de restrição.

Não temos certeza do que Searle quer dizer com 'possível amplitude de valores', ou seja, com a palavra 'possível'. Isso dá a impressão de que ele admite que qualquer característica ou coisa de 'P' em 'S é P' nos faz lembrar um possível valor 'R', não importando se isto seja verdadeiro do objeto por definição, contingentemente verdadeiro, ou simplesmente verdadeiro por ter sido declarado ou acreditado ser verdadeiro. Ele também admite características que 'P' não possui ou que nem mesmo são parecidas com qualquer característica que 'P' possua.¹⁸

Isto certamente é genérico demais. Parece plausível supor que haja alguma condição com o sentido de que a coisa trazida à memória fosse intencionada pelo falante. Isso evita rotular como metáfora todos os tipos de associações aleatórias e particulares que o falante não tem a intenção de provocar na mente do ouvinte, e que ele pode nem sequer conhecer. Se nós incondicionalmente seguíssemos esse conceito de 'trazer à memória', o falante e o ouvinte poderiam comparar grupos completamente diferentes de valores 'R' a 'S'. Embora seus conhecimentos de 'S' possam tornar alguns dos possíveis valores de 'R' em valores reais de 'R', eles acabariam atribuindo diferentes características de 'P' ao 'S'. Searle estava obviamente ciente desses problemas. Ele enfatiza que a fim de inferir o SPM dos enunciados metafóricos "é necessário existir algum princípio compartilhado que associa o termo 'P' com um grupo de possíveis valores de 'R'".¹⁹

Concordamos com Searle que, se todos os seus requisitos fossem satisfeitos, quem ouve poderia determinar o SPM de enunciados metafóricos na proporção em que isto seja

possible properties of 'S' can be actual values of 'R.'" – Tradução nossa.

¹⁸ MARTINICH, A. P. "A Theory for Metaphor". In: *Journal of Literary Semantics*, Vol. 4, (1984), p. 51.

possível pelo cálculo de valores reais ‘R’, no sentido mais amplo. O que parece estar faltando, entretanto, é um critério segundo o qual os interlocutores possam determinar se de fato compartilham ou não desses princípios, ou se pelo menos um dos valores ‘R’ computados efetivamente representa o que o falante quis dizer com o seu enunciado. Na parte seguinte discutirei se é de todo possível formular semelhante critério e até que ponto a teoria da metáfora de Martinich, que é baseada nas regras de conversação de Grice, poderia ser de alguma ajuda nesse empreendimento.

2.2 Formulação de uma premissa

Martinich afirma que sua teoria da metáfora é logicamente mais substancial que a de Searle. Ele argumenta que as premissas adicionadas à metáfora devem ser restringidas por três princípios: “Elas devem envolver características ou propriedades que sejam salientes para o termo metafórico; eles devem satisfazer a máxima de relação, sendo relevantes para o tópico da conversação; e devem ajudar a formar uma premissa que termine produzindo uma conclusão verdadeira”.²⁰

A abordagem de Martinich parece de fato ser logicamente mais substancial que a de Searle. Não só ele busca uma inferência válida, i.e., uma premissa que em conjunção com a metáfora acarretará a conclusão, mas também especifica condições para que as características que incluímos na premissa fossem intencionadas pelo falante, e, com base nisso, a conclusão é supostamente verdadeira no sentido de que o SPM calculado corresponde ao SPM real. Entretanto, ao compararmos a teoria de Martinich com a de Searle, não devemos olhar exclusivamente para requisitos formais, mas perguntar igualmente se as restrições colocadas realmente ajudam em determinar o SPM, ou seja, devemos comparar a aplicabilidade de ambas as teorias.

Andrew Ortony confirma a importância do contexto na busca ou cálculo do SPM. Se, por exemplo, alguém responder a um pedido de gasolina dizendo que há um posto logo

¹⁹ SEARLE, J. R. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 426.: “... there must be some shared principle that associates the ‘P’-term with a set of possible values of ‘R.’” – Tradução nossa.

²⁰ MARTINICH, A. P. “A Theory for Metaphor”. In: *Journal of Literary Semantics*, Vol. 4, (1984), p. 56.: “They must involve features or properties that are salient to the metaphorical term; they must fulfill the maxim

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

virando a esquina, em violação superficial da máxima ‘Seja relevante’, podemos facilmente restaurar a pressuposição de que a relevância está sendo respeitada ao considerarmos que o falante implicitamente disse que o posto está aberto, que vende gasolina, que a esquina está próxima e assim por diante. Ortony escreve que leva mais tempo para as pessoas decifrarem a linguagem “que não está bem integrada ao contexto, seja ela literal ou metafórica, e que nas circunstâncias apropriadas a linguagem metafórica é processada tão rápida e facilmente quanto a linguagem literal”, e, poderíamos acrescentar, tão diretamente quanto ela.²¹ O princípio da relevância, contudo, não ajudará muito se a metáfora se encontrar fora de contexto.

Em um estudo sobre a interpretação de novas metáforas, Bruce Fraser descobriu que a questão básica – se uma metáfora em contexto zero recebe uma interpretação consistente – foi claramente respondida na negativa. Embora haja com frequência uma orientação definida para a interpretação, tal como ser positiva ou negativa, há poucas evidências sobre o tipo de consistência que seria necessário para predizer uma interpretação de contexto zero.²² Isto não surpreende. Na proporção em que a interpretação metafórica é determinada pelo contexto no qual é enunciada, a interpretação menos consistente seria a de contexto zero. Este estudo também mostrou que quando os falantes diferem, suas diferenças são explicáveis em termos de características do falante, tais como a idade, a educação, o sexo, o histórico cultural, etc.

Embora Searle enfatize a importância do conhecimento de ‘S’ e ‘P’ pelo ouvinte e pelo falante, ele não faz menção da máxima da relação. Embora o requisito de ser relevante em relação ao tópico seja aplicável somente se a metáfora não se encontrar no contexto zero, seu efeito restritivo ajudará o ouvinte a restringir ainda mais a amplitude de características ‘p’ se o tropo estiver embutido em algum tipo de contexto. Assim, pensamos que Martinich aperfeiçoou o algoritmo de Searle ao requerer que o valor possível de ‘R’ satisfaça esta máxima.

Martinich ademais argumenta que as características que incluímos na premissa maior devem contribuir para uma conclusão verdadeira. Ele parece requerer o mesmo que Searle,

of relation by being relevant to the topic of conversation; and they must help form a premise that ends to yield a true conclusion.” – Tradução nossa.

²¹ ORTONY, A. “Metaphor”. In: GREGORY, R. L. (Ed.) *The Oxford Companion to the Mind*. New York: Oxford University Press, 1987, p.479.: “... that is not well integrated into the context, be it literal or metaphorical, and that under appropriate circumstances metaphorical language is processed as quickly and easily as literal language,” – Tradução nossa.

²² FRASER, B. “The Interpretation of Novel Metaphors”. In: ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 184.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

dizendo “que somente os valores possíveis de ‘R’ que determinam possíveis propriedades de ‘S’ podem ser valores reais de ‘R’. São somente esses valores de ‘R’ reais, obviamente no sentido mais amplo, que vamos incluir na premissa. Não obstante, se a inferência irá ou não produzir o real SPM não depende só de ambos os interlocutores atribuírem as mesmas características ao termo metafórico, mas também de eles considerarem ou não o mesmo conjunto de características como verdadeiros em termos de ‘S’. O exemplo a seguir mostra o que pode acontecer se eles não o fizerem.

Durante meus primeiros meses nos Estados Unidos, um de meus colegas de trabalho foi descrito como sendo uma galinha. Concordei com a observação interpretando-a em termos de ‘ficar correndo dando voltas feito uma galinha decapitada’, pois este é o tipo de característica ou propriedade que os alemães geralmente atribuem às galinhas. Mais tarde, percebi que essa descrição é comumente usada na América do Norte para atribuir falta de coragem (covardia) a ‘S’, uma característica que eu atribuiria a uma lebre com base no termo alemão ‘Angsthase’.

Enquanto os outros americanos conheciam bem a expressão e compreenderam o que o falante estava querendo dizer, eu não tinha idéia de que minha interpretação do SPM estava equivocada porque considerei que a característica que atribuí a ‘P’ era verdadeira em relação a ‘S’. Quando o mesmo comentário foi feito em circunstâncias diferentes, minha discordância deu motivo a uma discussão sobre o que o falante quisera dizer com seu enunciado. Enquanto o falante queria dizer exatamente a mesma coisa em ambas as circunstâncias, no primeiro caso eu não tinha consciência de qualquer discrepância entre o que ele realmente tinha querido dizer e o que eu pensei que sua fala significava, enquanto que no segundo caso eu senti que havia uma diferença entre o que o falante atribuía a ‘S’ e o que eu atribuía a ‘S’.

A principal dificuldade em inferir o SPM está em determinar o conjunto de ‘características do falante’ ou seja, os possíveis valores ‘R’ que o falante atribui a ‘S’ ou, em outras palavras, as características nas quais o falante está pensando quando faz o seu enunciado. O requisito segundo o qual as características consideradas de ‘P’ devem ajudar a formar uma premissa que termina produzindo uma conclusão verdadeira não tem sentido, a menos que o ouvinte saiba quais características o falante atribui a ‘P’ e a partir dos quais, por meio deste princípio, ele consegue chegar ao que chamamos anteriormente valores reais ‘R’ no sentido mais amplo. Enquanto a amplitude das ‘características do falante’ não for conhecida do ouvinte, este não saberá se as características que ele inclui na premissa

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

correspondem às características que o falante atribui a `S` e, conseqüentemente, não saberá se a conclusão tirada reflete o que o falante efetivamente quis dizer. Não achamos que o requisito remanescente de Martinich ofereça uma solução viável para o problema nem que possa ajudar a evitar mal-entendidos do tipo mostrado no nosso exemplo da ‘galinha’.

Martinich defende a idéia de que deve “ser possível para quem ouve determinar em quais propriedades do termo metafórico o falante está pensando e o que o falante pensa que os ouvintes vão pensar que o falante pensa que os ouvintes vão pensar”.²³ São essas características que ele considera as mais significativas, ou seja, salientes. Ele indica que nem todas as características salientes ou significativas são o que o falante tenciona, pois elas são demasiadas. Ele sugere que elas podem ser reduzidas aplicando-se o princípio da relevância e “que as propriedades tencionadas são apenas aquelas que contribuem para uma conclusão verdadeira”.²⁴ Este requisito parece ser similar ao primeiro princípio de qualidade de Grice (Não diga o que é falso).

Embora ambos os filósofos concordem em que determinar as características significativas é uma condição *sine qua non* para inferir o SPM, nem Searle nem Martinich nos mostraram como fazê-lo. Embora Martinich tenha aperfeiçoado a teoria de Searle por ter argumentado convincentemente que a premissa que é adicionada à metáfora deve ser restringida por certos princípios para inferir o ponto (intenção) daquele tropo, ele não ditou condições necessárias e suficientes que, quando satisfeitas, indicariam que seu último requisito foi satisfeito.

Enquanto o ouvinte não tiver um critério segundo o qual possa determinar características significativas (salientes), nem a mais burilada teoria da metáfora conseguirá o pouco que Searle conseguiu, ou, dependendo do ponto de vista, o quanto conseguiu a abordagem de Searle. Não temos certeza se é de alguma maneira possível determinar características significativas ou valores possíveis de `R` no sentido de que poderiam ser necessariamente inferidas. Em outras palavras, não temos certeza se é possível de alguma forma computar valores `R` reais no sentido mais amplo, ou, dito em outros termos, se é ou não possível evitar rotular como metáfora todos os tipos de associações aleatórias,

²³ MARTINICH, A. P. “A Theory for Metaphor”. In: *Journal of Literary Semantics*, Vol. 4, (1984), p. 51.: “... be possible for the audience to determine which properties of the metaphorical term the speaker is thinking of and which the speaker thinks that the audience will think that the speaker thinks the audience will think of.” – Tradução nossa.

²⁴ MARTINICH, A. P. “A Theory for Metaphor”. In: *Journal of Literary Semantics*, Vol. 4, (1984), p. 51.: “... that the properties intended are only those that contribute to a true conclusion.” – Tradução nossa.

particulares. Nas páginas que se seguem discutiremos até que ponto as expectativas costumeiras influenciam nossas interpretações dessas figuras de linguagem.

2.3 Expectativas Costumeiras

Comumente, quando uma criança pequena começa a usar uma palavra, o significado dela é ‘amplificado, sobre-estendido’. Algumas vezes essa extensão alcança objetos, todos os quais compartilham com o objeto original alguma característica perceptual ou alguma função. Mas a regra que governa a ampliação ou extensão não precisa ser deste tipo tão direto. L. S. Donaldson relata um princípio de agrupamento conhecimento como ‘complexo em cadeia’, onde cada nova referência tem uma característica em comum com alguma outra, mas onde nenhuma característica isolada é comum a todas.²⁵

Quando interpretamos metáforas parece que tentamos encontrar características que ‘P’ e ‘S’ têm em comum. Neste respeito, o processo de aquisição de linguagem parece ser similar a inferir o SPM da linguagem figurativa. Naturalmente, pode-se argumentar que no segundo caso ambos os interlocutores têm uma compreensão bastante clara de qual é o significado literal do enunciado. Perguntamo-nos, entretanto, até que ponto o significado literal de um enunciado é relevante para determinar qual característica o falante tem em mente quando a usa metaforicamente. Para levar esta questão um passo à frente, poderíamos perguntar “De que modo o significado literal é diferente do significado metafórico, o que eles têm em comum e como se influenciam mutuamente?”

Simon Blackburn mostra que a alguma linguagem figurativa é costumeiramente dada uma certa interpretação, e que esta é costumeiramente esperada. “Se o costume se transformou em uma convenção, temos o caso de uma expressão idiomática, e será correto dizer que temos um significado literal ampliado ou novo”.²⁶ “Sam é um canguru”, por exemplo, é diferente de ‘Sam é um porco’, já que não há uma interpretação metafórica costumeiramente dada e esperada da primeira frase, pelo menos não que eu conheça, enquanto que para a segunda é costumeiramente esperada e dada uma certa interpretação metafórica (?),

²⁵ DONALDSON, M. “Language: Learning Word Meanings”. In: GREGORY, R. L. (Ed.) *The Oxford Companion to the Mind*. New York: Oxford University Press, 1987, p. 422.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

tanto é que acabou sendo incluída como verbete no Webster's Unabridged Dictionary [Dicionário Webster Completo]. No verbete 'pig' [porco], vemos no significado número 4 "uma pessoa considerada como agindo ou parecendo um porco; uma pessoa voraz ou imunda".²⁷

Este verbete mostra cinco significados um pouco diferentes, alguns dos quais podem ser considerados literais, outros metafóricos. Embora nós não saibamos em que ponto terminam os significados literais e começam os metafóricos, se é que existe esse começo e fim, parece que um significado metafórico nunca é considerado o principal de uma palavra. Se um significado metafórico um dia subir na escala e passar a ser considerado o significado número um, então, o que não deixa de ser estranho, será considerado como tendo perdido seu caráter metafórico e transferirá o significado principal de uma palavra de seu significado antigo para um novo significado literal.

O termo 'significado literal' usado desta forma, sempre descreve o significado ou significados mais usuais que a palavra deve supostamente expressar. Sendo assim parece possível que o processo que transforma um significado metafórico em literal também pode transformar o antigo significado literal daquela expressão em uma nova expressão metafórica. Em outras palavras, se a metáfora da galinha fosse suficientemente popularizada, poderia transformar ocorrências anteriores comuns de 'galinhas' em metafóricas

Se fôssemos compreender 'significado literal' como denotando o significado original de uma palavra, uma grande parte de nossa linguagem teria de ser considerada metafórica, já que palavras cujos significados foram modificados ao longo da história de seu uso são muito numerosas. Além disso, pode chegar a ser difícil determinar qual era o significado original da palavra. Poder-se-ia perguntar como uma interpretação de um enunciado chega a ser costumeiramente ou convencionalmente dada e esperada, ou, até substituir o significado antigo, "original".

Martinich argumenta que o reconhecimento de uma situação de transgressão a uma máxima de conversação compele o ouvinte a procurar um SPM que seja diferente de SEM. Não conhecemos nenhuma outra condição que não seja a de transgredir um de nossos princípios de conversação, que ao ser atendida levaria o ouvinte a agir desse modo, a menos

²⁶ BLACKBURN, S. *Spreading the Word*. New York: Oxford University Press 1992, p. 172.: "If the custom has hardened into a convention we have a case of an idiom and it will be right to say that we have a new or extended literal meaning." – Tradução nossa.

que o uso da metáfora seja anunciado de um jeito ou de outro, por exemplo, se o falante declarar que está para enunciar uma metáfora, ou se consultarmos uma lista intitulada 'Metáforas'.

Podemos concluir que, enquanto o uso da metáfora não for desse modo anunciado e enquanto estas regras não forem transgredidas, não teremos motivo para inferir um SPM diferente de SEM. Em outras palavras, enquanto o que interpretamos que deva significar o enunciado, estiver de acordo com nossos princípios de conversação, não teremos razões para crer que o que falante pretende transmitir por seu enunciado é diferente do que nós pensamos que ele/ela transmite. Não obstante, não devemos confundir SEM com qualquer interpretação arbitrária do enunciado que acontece estar de acordo com certos princípios. Embora SEM obedeça certas regras, nem toda interpretação que assim se faz pode ser considerada o SEM daquele enunciado, ou será que pode?

Não sabemos até que ponto a simples freqüência de uso determina a interpretação dada e esperada de um enunciado, nem quantas vezes a interpretação do ouvinte precisa ser 'confirmada' mediante a satisfação de certas máximas de conversação antes que ele comece a dar e esperar esta interpretação. Entretanto, parece plausível manter a idéia de que, quanto mais freqüentemente ela for confirmada, tanto mais costumeiramente ele/ela a dará e esperará, e quanto mais costumeiramente ela for dada por um interlocutor, mais costumeiramente será esperada por outro interlocutor e vice-versa, até que se torne o significado convencional e mais tarde o significado literal de uma palavra.

Poder-se-ia argumentar que o exemplo 'galinha' parece provar o contrário, porque, mesmo que a interpretação estivesse em concordância com nossas regras de conversação, interpretei erroneamente o SPM. Concordamos com esta objeção. Parece que não transgredir nossos princípios de conversação é mais uma condição necessária do que suficiente para determinar o que o falante pretende transmitir o que achamos que o seu enunciado transmite. Inversamente, ser um enunciado um desvio quando interpretado de certa forma, é uma condição necessária e suficiente para ajustar essa interpretação, na extensão em que possamos estabelecer características comuns entre 'S' e 'P' por um lado e entre todos os 'S's' aos quais 'P' foi aplicado, por outro lado. Neste ponto, podemos tirar duas conclusões preliminares. Primeiro, se 'P' é usado para predicar propriedades de 'S' pelo princípio do 'complexo em

²⁷ MCKECHNIE, J. L. *Webster's Unabridged Dictionary*. New York: Dorset and Baber, 1983, p. 1358.: "... a person regarded as acting or looking like a pig; a greedy or filthy person." – Tradução nossa.

cadeia', é bem pouco provável que venhamos a dar e esperar uma certa interpretação ao ouvirmos 'S é P'. Segundo, é possível que nossa interpretação inicial se mantenha, mesmo que o falante pense em uma propriedade ou função perceptual radicalmente diferente.

Apesar de tudo, temos confiança em que o 'controle' continuado de nossas interpretações pela aplicação das regras de Grice mais cedo ou mais tarde indicará diferenças entre o que o falante pretende dizer e o que nós pensamos que ele quer dizer, como foi o caso da 'galinha'.

Desde que ficamos sabendo que 'Sam é galinha' costuma ser interpretado como significando que 'Sam é covarde', pensaremos que é isto que o falante mais provavelmente estará querendo dizer quando pronunciar esta sentença. Caso esta interpretação se mostre como um desvio do padrão, vamos presumir que o falante não sabe o que o enunciado significa convencionalmente (?) ou que ele está mentindo. Ou, caso essa interpretação transgrida ostensivamente uma das regras de Grice, pensaremos que ele está usando o enunciado metaforicamente. Neste último caso, tentaremos o 'ficar correndo dando voltas como uma galinha decapitada' como uma interpretação possível. Se isso também não funcionar, o enunciado cairá na mesma categoria de 'Sam é um canguru', ou seja, na classe de 'novas metáforas'. Neste sentido, uma nova metáfora não é, como argumenta Jerry Morgan, uma metáfora que nunca foi encontrada antes, mas uma metáfora cujas interpretações anteriores, se houve alguma, mostraram ser falsas.

Seguindo a sugestão de Searle, voltaremos ao termo 'S' e examinaremos de que modo Sam poderia ser como uma galinha ou um canguru.

Nesses casos, tentar estabelecer o SPM ou, para aquela finalidade, as características principais ou mais salientes, parece ser uma questão de tentativa e erro. Quais as interpretações que vamos tentar aplicar, vai depender de quais características o termo 'P' nos faz lembrar. Ao formular uma premissa no sentido de Martinich, excluiremos todas essas associações aleatórias, particulares, sobre as quais pensamos que o falante não pensa que pensamos que ele pensa, nem pretende provocar, nem sequer conhece. Ou seja, concordamos com Martinich que, ao determinar o SPM só devemos incluir as características na premissa sobre as quais pensamos que o falante pensa. Entretanto, ainda podemos estar enganados sobre quais características o falante tinha em mente quando fez o enunciado, mesmo que não tenhamos qualquer motivo para acreditar nisso.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

O problema é que embora não tenhamos qualquer motivo para acreditar que isto não é que o falante pensa, o estar em conformidade com os princípios de conversação parece ser uma razão bastante fraca para acreditarmos que isto é o que o falante quer dizer. Entretanto parece que isto é o mais perto que podemos chegar na interpretação de metáforas novas. Não acho que estar em conformidade com os princípios de Grice seja um critério baseado no qual uma premissa possa ser formulada, e da qual, em conjunção com o enunciado, o SPM possa ser deduzido ou induzido.

Conclusão

As teorias sobre metáforas que foram discutidas são consistentes com as respectivas teorias do significado nas quais estão baseadas. Davidson admite que a despeito desse programa bastante ambicioso de semântica verdade-condicional [truth-conditional semantics], uma imensa lista de dificuldades permanece, em particular no caso de sentenças que são contra-factuais e não proposicionais em caráter. Se o escopo deste programa pudesse ter sua proporção reduzida, ele se tornaria mais realista. Daí, a simplicidade pode ter sido um motivo significativo para ele argumentar que não há necessidade para explicar metáforas semanticamente. Consideramos bastante insatisfatória a conclusão dele de que nenhuma teoria do significado metafórico pode ajudar a explicar como a metáfora funciona.

Parece claro que em algum nível e de alguma forma, as metáforas tiram vantagem de uma similaridade entre o termo usado metaforicamente e `S`. Pensamos que as abordagens pragmáticas discutidas mostram de forma convincente como funciona a metáfora e com base em quais condições um ouvinte poderia deduzir o significado pragmático desses enunciados. Contudo, nossos exemplos não só mostram que o SPM pode permanecer oculto, mas também que este fato pode permanecer oculto. Isto nos leva à conclusão de que as condições nas quais se baseia uma aplicação bem sucedida do programa de Searle e Martinich nem sempre são satisfeitas e que os interlocutores podem não se dar conta de que elas não são satisfeitas.

Embora nos não saibamos como fazer melhoramentos na abordagem de Searle ou de Martinich, devemos ter em mente que aquilo que achamos que um enunciado metafórico significa é o que o falante possivelmente, mas nunca necessariamente, quer sugerir.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

Referências

- BLACKBURN, S. *Spreading the Word*. New York: Oxford University Press, 1992.
- DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation*. New York: Oxford University Press, 1984.
- _____. “What Metaphors Mean”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 430-441.
- DONALDSON, M. “Language: Learning Word Meanings”. In: GREGORY, R. L. (Ed.) *The Oxford Companion to the Mind*. New York: Oxford University Press, 1987, p. 421-423.
- FRASER, B. “The Interpretation of Novel Metaphors”. In: ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 172-185.
- GRICE, H. P. “Meaning”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition, New York: Oxford University Press, 1990, p. 72-78.
- JAYNES, J. *The Origin of Consciousness in the Breakdown of the Bicameral Mind*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1990.
- LAKOFF, G., and JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- MORGAN, J. L. “Observation on the Pragmatics of Metaphor”. In: ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and Thought*. New York: Cambridge University Press, 1979, p. 136-147.
- MARTINICH, A. P. “A Theory for Metaphor”. In: *Journal of Literary Semantics*, Vol. 4, (1984), p. 35-56.
- MCKECHNIE, J. L. *Webster’s Unabridged Dictionary*. New York: Dorset and Baber, 1983.
- ORTONY, A. “Metaphor”. In: GREGORY, R. L. (Ed.) *The Oxford Companion to the Mind*. New York: Oxford University Press, 1987, p. 478-481.
- PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: A nova retórica*. Tradução: Galvão, M. E. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PLATTS, M. *The Ways of Meaning*. New York: Routledge and Kegan Paul, 1979.
- PRECHTEL, P. *Sprachphilosophie. Lehrbuch Philosophie*. Weimar: Metzler, 1999.
- SEARLE, J. “Metaphor”. In: MARTINICH, A.P. (Ed.) *The Philosophy of Language*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1990, p. 408-429.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 308-329
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------